

# Comissão do DF aprova a Semana

feira, 24 de novembro de 1989 17

## Inglesa

A Comissão do DF no Senado aprovou ontem, com dez votos favoráveis, dois contra e uma abstenção, o projeto do senador Maurício Corrêa (PDT/DF), que estabelece a Semana Inglesa para o comércio varejista de Brasília. Agora a matéria será apreciada no plenário da Casa, e, caso se mantenha a decisão, a próxima etapa deverá ser a sanção do governador Joaquim Roriz.

O funcionamento dos estabelecimentos comerciais obedecerá agora os períodos de 8h às 18h de, segunda a sexta-feira, e das 8h às 12h durante os sábados. O senador Maurício Corrêa salientou, no entanto, que mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho poderá ser firmado entre o Sindicato dos Comerciantes e as entidades representativas dos empresários um horário diferenciado.

Ficam livres da obrigatoriedade de seguirem o novo horário os postos de gasolina; hospitais e similares; hotéis e similares; farmácias e drogarias; padarias e confeitarias; oficinas; restaurantes, bares, sorveterias e similares; cinemas, teatros, boates e casas de diversões públicas; livrarias e estabelecimentos dedicados exclusivamente ao comércio de artigos de turismo.

Uma vez mantida a aprovação da Comissão do DF no plenário e o governador Roriz sancionando o projeto (então no status de lei), a nova sistemática entrará em vigor 30 dias após a sua publicação no **Diário Oficial** do DF. As disposições referentes ao assunto, que até aquele momento estiverem com validade, deixarão de ser consideradas. Para o Aeroporto de Brasília e estações rodoviárias e ferroviárias, prevalece o período atual.

Comércio

## Controvérsias cercam votação

Desde o início da tarde já era possível prever que a votação da semana inglesa seria revestida de muitas controvérsias. Assim como na presença dos dois segmentos envolvidos, comerciantes e comerciantes, a conclusão poderia basear-se na postura de cada uma das partes. As defesas de teses apresentavam-se diametralmente opostas, e, ironicamente, reforçadas pelos mesmos argumentos.

Enquanto o presidente do Sindicato dos Comerciantes, Raimundo Neves, ostentava a opinião de que os patrões estavam contrários à semana inglesa porque seriam obrigados a contratar mais 20 mil funcionários, o presidente do Clube dos Diretores Lojistas do DF Federal, Sérgio Viotti, contra-argumentava utilizando o mesmo ponto de análise. Segundo ele, a "medida iria propiciar a demissão de 25 por cento dos comerciantes em toda a cidade, principalmente os empregados nos **shopping centers**."

Quando foi iniciada a sessão para votar as matérias do dia, o clima voltou a manter-se tranquilo. Os poucos representantes dos comerciantes e dos lojistas que conseguiram o privilégio de acompanhar o andamento dos trabalhos permaneceram calados. A semana inglesa seria a última a receber o parecer dos senadores.

O senador Maurício Corrêa (PDT-DF) fez, então, o pedido para que o projeto da Semana Inglesa, de sua autoria, fosse apreciado primeiro. Os parlamentares aprovaram a troca. Antes de principiarem as discussões, o senador Mauro Benevides (PMDB-GO) leu um expediente do Clube dos Diretores Lojistas onde a entidade desejava a realização de uma audiência pública.

Maurício Corrêa não aceitou a solicitação do CDL ressaltando que "matéria vencida não pode ser discutida".

Com o apoio recebido do senador Pompeu de Sousa (PSDB-DF) que considerava "a protelação de um parecer algo desumano", os comerciantes começaram a sentir o sabor da vitória. Ao senador Edison Lobão (PFL-MA), que defendia a audiência pública, sob a opinião de que as informações recebidas até o momento eram muito conflitantes, não restou outra saída senão suspender o pedido e abster-se da votação.

Coube ao senador Meira Filho (PMDB-DF) o primeiro voto. Alegando que pensava nos mais de um milhão de moradores do DF, ele posicionou-se contrário ao projeto. O segundo a manifestar-se, o senador Márcio Lacerda (PMDB-MT), também apresentou-se discordante ao texto de Maurício Corrêa. A partir daí todos os votos, em um total de dez, selaram um sim na Semana Inglesa.

Bastante nervoso, e suando muito, Viotti fez contundentes objeções à iniciativa de Maurício Corrêa. De acordo com ele, a nova sistemática de funcionamento do comércio "trará desemprego, diminuição no recolhimento de impostos, e, conseqüente, caos social para Brasília". Através do exemplo de Curitiba, que, segundo o presidente do CDL, tentou adotar a semana inglesa e não obteve êxito, "iria se confirmar na cidade uma prática condenada mundialmente".

Indagado sobre a possibilidade de negociar com os comerciantes um acordo que estabeleça um horário corrido, Viotti respondeu que "seria muito difícil discutir com radicais". Raimundo Neves, entretanto, já apresenta uma solução: abrir as lojas de 8h às 22h, de segunda-feira à sexta-feira, e de 7h às 13h, aos sábados, com uma jornada de trabalho de sete horas diárias.